

CLI Sul S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CLI Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CLI Sul S.A. (“CLI” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da CLI Sul S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adições e capitalização de gastos no ativo imobilizado

Por que é um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia incorreu no montante de R\$163.973 mil referente a adições ao ativo imobilizado durante o exercício, relacionados principalmente ao plano de modernização das operações do Porto de Santos.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria pela relevância dos valores envolvidos nas adições do exercício, a utilização de premissas e julgamentos na determinação de capitalizações de juros, bem como a manutenção de controles por parte da Administração.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo imobilizado; (ii) o teste de desenho e implementação dos controles de capitalização e classificação do ativo imobilizado; (iii) a realização de testes documentais em base amostral sobre as adições ao ativo imobilizado, com o confronto das notas fiscais com os contratos de prestações de serviços e/ou pedidos de compra relacionados; (iv) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo imobilizado, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os montantes de capitalização de gastos reconhecidos no ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

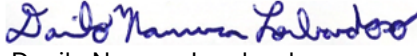
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

CLISUL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	599.384	154.497	Fornecedores	11.1	28.757	12.364
Contas a receber de clientes	4	5.487	15.608	Debêntures	15	83.905	63.176
Estoques	5	5.188	6.291	Obrigações trabalhistas		22.272	22.417
Tributos a recuperar	7	23.245	19.873	Obrigações tributárias	13	13.105	6.436
Partes relacionadas	6	2.536	80.305	Passivo de arrendamento	12	29.478	27.594
Outros créditos		4.113	2.709	Partes relacionadas	6	207.192	57.679
Total do Ativo Circulante		<u>639.953</u>	<u>279.283</u>	Dividendos a pagar	17	10.904	-
				Outras contas a pagar	11.2	12.736	11.154
				TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		<u>408.349</u>	<u>200.820</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	85.641	93.317	Debêntures	15	1.185.933	935.325
Estoques	5	6.636	5.500	Passivo de arrendamento	12	158.669	157.481
Ativo indenizatório		34.658	50.374	Provisão para riscos	16	36.325	51.133
Depósitos judiciais	16	1.780	1.279	Obrigações trabalhistas		380	-
Imobilizado	9	612.340	503.242	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>1.381.307</u>	<u>1.143.939</u>
Direito de uso	8	167.646	173.302	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		<u>1.789.656</u>	<u>1.344.759</u>
Intangível	10	890.088	982.540				
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>1.798.789</u>	<u>1.809.554</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
				Capital Social		360.228	490.228
				Reserva de capital		234.957	234.957
				Reservas de Lucros		53.901	18.893
				Total do Patrimônio Líquido		<u>649.086</u>	<u>744.078</u>
TOTAL ATIVO		<u><u>2.438.742</u></u>	<u><u>2.088.837</u></u>	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>2.438.742</u></u>	<u><u>2.088.837</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLISUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico por lote de mil ações apresentado em reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	723.115	538.843	745.598
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21	(286.928)	(209.474)	(299.863)
LUCRO BRUTO		436.187	329.369	445.735
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	21	(102.324)	(66.093)	(94.554)
Resultado de equivalência patrimonial		-	38.974	-
Outras despesas operacionais	21	(102.201)	(102.352)	(109.025)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		231.662	199.898	242.156
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas Financeiras	22	54.417	20.242	25.108
Despesas Financeiras	22	(213.697)	(147.899)	(161.694)
Variações cambiais, líquidas	22	(2.275)	5.839	6.444
Resultado financeiro líquido		(161.555)	(121.818)	(130.142)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		70.107	78.080	112.014
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE	14	(16.519)	(27.222)	(56.162)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO	14	(7.676)	3.177	1.255
LUCRO DO EXERCÍCIO		45.912	54.035	57.107
ATRIBUÍVEL A				
Participação dos acionistas da Companhia		45.912	54.035	54.035
Participação dos acionistas não controladores		-	-	3.072
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO	18	0,08	0,11	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	45.912	54.035	57.107
Lucro Abrangente do exercício	45.912	54.035	57.107
ATRIBUÍVEL À			
Participação dos acionistas da controladora	45.912	54.035	54.035
Participação dos acionistas não controladores	-	-	3.072
Total	45.912	54.035	57.107

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Atribuído à participação dos controladores					Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
		Reservas de capital		Reserva de lucros					
		Capital social	Transações entre acionistas	Reserva Legal	Reservas de lucros	Resultados acumulados			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		435.001	-	1.858	-	-	436.859	287.112	723.971
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	54.035	54.035	3.072	57.107
Aumento de capital da incorporação	17	55.227	-	-	-	-	55.227	(55.227)	-
Transações entre acionistas advindo da incorporação	17	-	234.957	-	-	-	234.957	(234.957)	-
Constituição de reserva legal		-	-	2.702	-	(2.702)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	14.333	(14.333)	-	-	-
Dividendos declarados e pagos durante o exercício		-	-	-	-	(37.000)	(37.000)	-	(37.000)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		490.228	234.957	4.560	14.333	-	744.078	-	744.078
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	45.912	45.912	-	45.912
Redução capital	17	(130.000)	-	-	-	-	(130.000)	-	(130.000)
Constituição de reserva legal		-	-	2.296	-	(2.296)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	32.712	(32.712)	-	-	-
Dividendos declarados	17	-	-	-	-	(10.904)	(10.904)	-	(10.904)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		360.228	234.957	6.856	47.045	-	649.086	-	649.086

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		70.107	78.080	112.014
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	8, 9, 10 e 12	169.408	136.130	162.995
Provisão de demandas judiciais	21	622	-	-
Reversão para perdas com créditos de liquidação duvidosa e estoques	21	(347)	(78)	(78)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	22	214.328	141.171	153.635
Efeitos de atualização referente a aquisição de controlada	21	-	8.855	8.855
Resultado de equivalência patrimonial		-	(38.974)	-
Outros		-	-	597
		<u>454.118</u>	<u>325.184</u>	<u>438.018</u>
REDUÇÃO/(AUMENTO) EM ATIVOS				
Contas a receber de clientes		7.100	19.211	14.725
Estoques		351	(1.228)	1.168
Partes relacionadas, líquidas		(11.043)	31.937	34.917
Impostos a recuperar		(3.372)	6.676	4.138
Depósitos judiciais e ativos indenizatórios		(215)	4	66
Outras contas a receber		(1.404)	(2.577)	(2.578)
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM PASSIVOS				
Fornecedores		13.978	(9.855)	(4.555)
Obrigações trabalhistas		(145)	17.139	1.624
Obrigações tributárias		(1.440)	8.545	6.563
Outros passivos, líquidos		1.962	(28.505)	(7.847)
		<u>459.890</u>	<u>366.531</u>	<u>486.239</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.426)	(38.952)	(69.762)
		<u>451.464</u>	<u>327.579</u>	<u>416.477</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Adições ao imobilizado e intangível	04, 09 e 10	(150.240)	(26.866)	(33.013)
Valor pago aos antigos controladores da controlada incorporada	6	-	(168.855)	(168.855)
Mútuos entre partes relacionadas	6	78.325	(78.000)	(78.000)
Recebimento de dividendos de investida		-	22.000	-
		<u>(71.915)</u>	<u>(251.721)</u>	<u>(279.868)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de novos empréstimos	15	272.217	-	-
Pagamento de principal debêntures	15	(40.000)	(8.000)	(8.000)
Pagamento de juros de debêntures	15	(159.343)	(128.697)	(128.697)
Amortização de principal de arrendamento	12	(10.564)	(6.244)	(7.403)
Pagamento de juros de arrendamento	12	(26.972)	(16.419)	(21.118)
Mútuos entre partes relacionadas	6	160.000	-	-
Redução de Capital	17	(130.000)	-	-
Dividendos pagos		-	(58.182)	(63.681)
		<u>65.338</u>	<u>(217.542)</u>	<u>(228.899)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
		<u>444.887</u>	<u>(141.684)</u>	<u>(92.290)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		154.497	165.642	246.787
Caixa líquido da incorporação de controlada (vide nota explicativa nº1)		-	130.539	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		599.384	154.497	154.497
		<u>444.887</u>	<u>(141.684)</u>	<u>(92.290)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Receitas	791.272	586.466	814.156
Receita de contrato com cliente	790.190	585.719	813.431
Outras receitas	1.600	747	725
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – Constituição	(518)	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(172.707)	(129.047)	(176.984)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(112.761)	(91.912)	(131.567)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(59.946)	(37.135)	(45.417)
Perda e recuperação de valores ativos, incluindo baixas de ativos	-	-	-
Valor adicionado bruto	618.565	457.419	637.172
Depreciações e amortizações	(169.408)	(136.130)	(162.995)
Valor adicionado produzido pela Entidade	449.157	321.289	474.177
Valor adicionado recebido em transferência	77.906	79.711	45.603
Resultado de equivalência patrimonial	-	38.974	-
Receitas financeiras	77.906	40.737	45.603
Valor adicionado total a distribuir	527.063	401.000	519.780
Distribuição do valor adicionado	527.063	401.000	519.780
Pessoal e encargos sociais	110.261	78.961	121.639
Remuneração direta	81.667	59.769	90.787
Benefícios	23.007	15.780	21.033
FGTS	5.587	3.412	9.819
Impostos, taxas e contribuições	113.350	83.403	136.706
Federais	73.433	53.106	93.961
Estaduais	535	220	469
Municipais	39.382	30.077	42.276
Remuneração de capitais de terceiros	257.540	184.601	204.328
Despesas financeiras	236.481	162.824	176.013
Aluguéis	21.059	13.091	19.651
Outros	-	8.686	8.664
Remuneração de capitais próprios	45.912	54.035	57.107
Dividendos	10.904	37.000	37.000
Lucros retidos no exercício	35.008	17.035	17.035
Participação dos acionistas não controladores	-	-	3.072

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLISUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado)

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional

A CLI Sul S.A. (“Companhia” ou “CLI Sul”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de agosto de 2021.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a prestação de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de “commodities agrícolas”, oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

A Companhia opera apenas no segmento de terminais de transbordo e exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos, São Paulo, sendo esse o único segmento do negócio.

Aquisição Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”) e subsequente incorporação pela Companhia

Em 15 de julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a compra de 80% da participação acionária na EPSA, que operava e controlava terminais no Porto de Santos; em 14 de novembro de 2022, foi concluída a operação junto à Rumo S.A. A partir dessa data o controle acionário passou a ser detido pela Companhia.

Em 30 de abril de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e de sua controlada direta, EPSA, foi deliberada a incorporação pela Companhia. Com isso, a EPSA foi extinta nessa data, passando todos os bens, direitos e obrigações para a Companhia, sua sucessora.

A Relação de troca de ações de emissão da EPSA por ações ordinárias de emissão da Companhia foi de 1 ação da EPSA para 3,068 ações da Companhia (108.750.125 novas ações) que foram atribuídas à nova acionista Rumo S.A., representando 20% de ações de emissão da CLI Sul.

Essa transação entre os acionistas resultou em um aumento de R\$234.957 no patrimônio líquido da Companhia, registrado na rubrica de Reserva de Capital (vide nota explicativa nº 17).

A incorporação visou a simplificação da estrutura societária da Companhia e, com isso, ganho de benefícios organizacionais, econômicos e financeiros para os acionistas e, ao mesmo tempo, permite a realocação de ativos e passivos com maior eficiência.

Em consonância com a incorporação, na mesma data, foi efetuado o pagamento à Rumo S.A. no montante de R\$168.855.

Em decorrência da extinção da EPSA em 30 de abril de 2024, não foi apresentado no balanço patrimonial e respectivas notas explicativas os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2024, bem como todas as transações dela passaram a compor a CLI Sul a partir dessa data, impactando apresentação dos saldos individuais em suas demonstrações financeiras, do resultado, dos fluxos de caixa e do resultado abrangente.

A seguir apresentamos o quadro demonstrativo do patrimônio líquido contábil da EPSA em 30 de abril de 2024, que teve por objetivo suportar a incorporação pela Companhia.

	<u>Saldos incorporados</u> <u>30/04/2024</u>
ATIVO	
Caixa e equivalente de caixa	130.539
Contas a receber	28.788
Estoques	5.124
Tributos a recuperar	22.370
Partes relacionadas	21.210
Outros créditos	132
Total do Ativo Circulante	<u>208.163</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.694
Estoques	5.361
Ativo indenizatório	52.633
Depósitos judiciais	11.398
Investimentos	(914.395)
Imobilizado	526.424
Direito de uso	93.572
Intangível	1.031.633
Total do Ativo Não Circulante	<u>812.320</u>
TOTAL ATIVO	<u>1.020.483</u>
	<u>Saldos incorporados</u> <u>30/04/2024</u>
PASSIVO	
Passivo Circulante	
Fornecedores	21.904
Debêntures	10.316
Obrigações trabalhistas	5.278
Obrigações tributárias	9.208
Passivo de arrendamento	16.673
Partes relacionadas	44.647
Outras contas a pagar	39.450
Total do Passivo Circulante	<u>147.476</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Debêntures	188.169
Passivo de arrendamento	84.813
Provisão para riscos	63.507
Total do Passivo Não Circulante	<u>336.489</u>
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	<u>483.965</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	177.197
Reserva de lucros	99.692
Reserva de capital	(17.677)
Ajuste acumulado de conversão	(10)
Prejuízos acumulados	48.717
	<u>307.919</u>

	<u>Saldos incorporados</u>
	<u>30/04/2024</u>
PASSIVO	
Participação de Não Controladores	<u>228.599</u>
Total do Patrimônio líquido	<u>536.518</u>
Total Passivo e Patrimônio líquido	<u><u>1.020.483</u></u>

Concessão do terminal portuário

A Companhia detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, com prazo até março de 2036.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários. Como não há controle substancial sobre quem recebe o serviço nem sobre a definição de preço, a interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito dos pronunciamentos técnicos CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos e CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão podem ser extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União, tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

Aditivo ao contrato de arrendamento

Em 30 de abril de 2024, foi concluída a assinatura do aditivo ao contrato de arrendamento celebrado entre a União e a EPSA para utilização do espaço portuário nos termos da concessão. O aditivo teve por objeto a formalização da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de arrendamento por meio de novos investimentos e de alteração nos valores pagos a título de arrendamento fixo e variável. Além das mudanças acima, o aditivo formalizou a transferência do contrato de arrendamento da EPSA para a Companhia.

Em decorrência desse aditivo e da correção dos valores de arrendamentos fixos e variáveis, o passivo de arrendamento e o direito de uso foram remensurados e registrados (vide notas explicativas nº 8 e nº 12).

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e pelos padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 30 de abril de 2024 a Companhia incorporou sua controlada EPSA. Em razão dessa operação societária, os saldos e resultados apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir dessa data refletem os efeitos da incorporação. Assim, para fins de comparabilidade entre os exercícios, é necessário considerar nas análises das demonstrações financeiras os saldos incorporados nesta data.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia.

2.2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente à norma internacional IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no pronunciamento técnico CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente à norma internacional IAS 2) ou valor em uso no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à norma internacional IAS 36).

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas na troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa nº 2.5 para maiores detalhes.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de seguir operando no futuro previsível e concluiu que ela pode manter suas operações e sistemas em funcionamento normalmente. Dessa forma, não há conhecimento de qualquer incerteza material que possa levantar dúvidas substanciais sobre sua continuidade, e assim as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.3. Base para consolidação das demonstrações dos resultados

a) Investimento em controlada até 30 de abril de 2024

Até a data da incorporação, em 30 de abril de 2024, os investimentos da Companhia em sua controlada EPSA foram contabilizados, nas demonstrações financeiras individuais, pelo método da equivalência patrimonial.

Durante esse período, todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados oriundos de transações intragrupo foram integralmente eliminados nas demonstrações consolidadas. Os outros resultados abrangentes da controlada foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, na rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

Considerando que a incorporação da EPSA foi concluída em 30 de abril de 2024 (conforme Nota Explicativa nº 1), os efeitos da equivalência patrimonial nas demonstrações individuais refletem apenas o período de quatro meses findo nessa data. Os saldos de resultado do consolidado representam o consolidado de 4 meses adicionado ao resultado da controladora após a incorporação.

Decorrente da incorporação, em 31 de dezembro de 2024, o balanço patrimonial da controlada já não apresenta investimentos em controlada, bem como não há saldos consolidados referente ao exercício de 2025.

b) Participação de não controladores

A Companhia optou por mensurar as participações de não controladores, no momento da aquisição, com base na participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Dado que a controlada EPSA foi incorporada em 30 de abril de 2024, o resultado atribuído a não controladores foi reconhecido apenas no período de quatro meses findo nessa data.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração exerça julgamentos, utilize estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, e são continuamente revisados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

A seguir, são apresentadas as principais áreas que envolvem estimativas, de modo a proporcionar um melhor entendimento sobre como a Companhia e sua controlada formam seus julgamentos sobre eventos futuros, incluindo as variáveis e premissas utilizadas em cada uma:

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia calcula e reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

b) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa o saldo dos ativos, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia calcula o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48 (equivalente à norma internacional IFRS 9) - Instrumentos financeiros.

d) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais e são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para “*demurrage*”, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresentamos os principais custos portuários incorridos pela Companhia e sua controlada:

- Provisão para “*demurrage*”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.
- Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.
- “Laytime” (Estadia de navio): Para alguns contratos da Companhia, o terminal Elevações Portuárias possui a responsabilidade quanto ao “laytime” (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

e) Provisão para riscos

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem parte em processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 16. As provisões são constituídas para todos os riscos relacionados a processos judiciais que envolvem perdas prováveis, as quais são estimadas com um grau de segurança razoável. A avaliação da probabilidade de perda envolve a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência pertinente, as decisões mais recentes proferidas pelos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, assim como o suporte consultivo e avaliação de advogados externos especializados.

A Administração considera que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

f) Passivo de arrendamento

A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada com base em dados observáveis, como taxas de juros de mercado, sempre que disponíveis. Além disso, a estimativa considera aspectos específicos da Companhia, como o seu "rating" de crédito, para refletir as condições mais representativas no cálculo da taxa.

2.6. Políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis, que têm como objetivo proporcionar uma melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicada na preparação destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. As práticas contábeis adotadas são consistentes com aquelas utilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores, apresentadas para fins de comparação.

2.6.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não fins de investimento ou outros. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras que podem ser realizadas em até 90 dias a partir da data original do título, ou considerados de liquidez imediata, ou ainda, conversíveis em um montante conhecido de caixa, com risco insignificante de alteração no valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais não excedem seu valor de mercado ou de realização.

2.6.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores devidos à Companhia pelos serviços prestados. O reconhecimento dessas contas é realizado pelo valor justo, sendo posteriormente mensurado pelo custo amortizado. A Companhia adota a abordagem simplificada prevista pelo IFRS 9/CPC 48 para a mensuração das perdas de crédito esperadas, utilizando uma análise qualitativa, complementada por uma matriz, para a determinação das provisões. Essa análise é baseada nas perdas esperadas para o total do saldo de contas a receber.

2.6.3. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apresenta as despesas com imposto de renda e contribuição social, as quais correspondem a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos correntes

Compreende o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia, são calculados com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado conforme a legislação vigente, à alíquota de 15%, acrescida de um adicional de 10% sobre o valor que exceder R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base tributável.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

b) Impostos diferidos

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos diferidos são classificados como não circulantes.

Quando aplicável, são constituídas provisões sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Adicionalmente, quando pertinente, são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando se referem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido.

2.6.4. Moeda estrangeira

Transações denominadas em moedas diferentes da moeda funcional são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em outras moedas, na data de apresentação das demonstrações financeiras, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente nessa data.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelos índices de câmbio de encerramento do exercício, relativos a ativos e passivos monetários em moedas distintas da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais líquidas.

2.6.5. Estoques

Os estoques mantidos pela Companhia referem-se, em sua maioria, a peças e insumos destinados ao consumo nas operações, os quais se espera que sejam consumidos dentro do período. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda estimado, deduzido dos custos estimados incorridos). O custo dos estoques é avaliado pelo método do custo médio de aquisição, deduzido das provisões para giro lento e obsolescência, as quais são constituídas em 100% do valor dos itens de estoque que não tenham apresentado movimentação por mais de 12 (doze) meses.

2.6.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados adquiridos são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável dos ativos, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Essas imobilizações são classificadas nas categorias apropriadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso a que se destinam.

A depreciação desses ativos tem início quando estão prontos para o uso pretendido, sendo reconhecida de acordo com a mesma base dos demais ativos imobilizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

A depreciação dos ativos imobilizados é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, utilizando o método linear, de modo que o valor do custo, menos o valor residual, seja integralmente depreciado ao final da sua vida útil (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado no período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros, que excedam o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente, fluam para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.6.7. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados ao custo, menos qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Direito de exploração

A Companhia possui concessões de serviços públicos decorrentes de contratos de arrendamento. Apesar de que, a Companhia atua sob o regime de concessão, suas atividades não se enquadram aos requerimentos estabelecidos pela Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, em virtude de o preço não ser regulado pelo poder concedente. Dessa forma, os saldos são apresentados na rubrica de Direito de Uso, com o pagamento da outorga do início do contrato e os bens reversíveis originados desses contratos sendo alocados no imobilizado ou intangível.

Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou são adquiridos.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.6.8. Redução ao valor recuperável de ativos – “Impairment”

No final de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Caso seja identificada alguma indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o valor possível de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual seja possível identificar uma base de alocação razoável e consistente.

O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos associados ao referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto no caso de ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

2.6.9. Instrumentos financeiros

Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que a Companhia crie ou retida pela Companhia ou retenha em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver um direito legalmente executável de compensar os valores e tiver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a) Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo, (seja por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos exclusivamente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros que não forem classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, de forma irrevogável, um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou quando a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e, também, não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Todos os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, bem como os ganhos e perdas cambiais, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido a valor justo.

2.6.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com confiabilidade. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.6.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação por transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que originaram o referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato, utilizando o método do custo amortizado e a taxa de juros efetiva.

2.6.12. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais, bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, considerando os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceita o serviço.

A receita é reconhecida no resultado em virtude da prestação de serviços de elevações portuárias, através da operação de terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

As receitas de serviços são reconhecidas à medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que os benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, e quando seu valor e os custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços/comercialização de elevação portuária, razão pela qual os critérios acima são normalmente atendidos à medida em que o serviço logístico é prestado.

2.6.13. Resultado por ação

O resultado por ação é cálculo por meio do lucro por ação básico, que é obtido pela divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

2.6.14. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a DVA individual e consolidada em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.7. Novas normas, alterações e interpretações das normas adotadas pela primeira vez para o ano iniciado em 1º de janeiro de 2025

As novas normas, alterações e interpretações que passaram a vigorar a partir do exercício iniciado em, ou após, 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor.

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Para períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.8. Novas normas, alterações e interpretações de normas ainda não efetivas

As novas normas e interpretações alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, quando aplicáveis, assim que entrarem em vigor.

- IFRS 18 (R3) - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.

Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras categorias são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio;
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Os diretores da Companhia entendem que, embora elegível, não adotará a redução das divulgações dessa demonstração financeira.

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição de caixa e equivalente de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	43.152	16.560
Aplicações financeiras	<u>556.232</u>	<u>137.937</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>599.384</u>	<u>154.497</u>

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, e compromissada, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 96,68% do CDI em 2025 (99,62% do CDI em 2024).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Controladora</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes nacionais	2.956	2.313
Clientes estrangeiros	3.676	14.403
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	<u>(1.145)</u>	<u>(1.108)</u>
Total	<u>5.487</u>	<u>15.608</u>

A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Créditos a vencer	3.706	10.423
Vencidas:		
Créditos vencidos até 60 dias	1.640	5.192
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	146	-
Créditos vencidos acima de 361 dias	<u>1.140</u>	<u>1.101</u>
Total	<u>6.632</u>	<u>16.716</u>

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, caso em que são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a Companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

Abaixo apresentamos a movimentação dos saldos da provisão para perda do valor recuperável:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.108)
Adição	(523)
Reversão de provisão	486
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(1.145)</u>

5. ESTOQUES

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Peças e acessórios	7.127	7.782
Combustíveis e lubrificantes	687	731
Almoxarifado e outros	4.010	3.278
Total	<u>11.824</u>	<u>11.791</u>
Circulante	5.188	6.291
Não circulante	6.636	5.500

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$5.678 em 31 de dezembro de 2025 (R\$6.062 em 31 de dezembro de 2024). No exercício, houve reversão de provisão de R\$384, não tendo havido novas adições.

6. PARTES RELACIONADAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber de clientes:		
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (v)	-	78.325
Rumo S.A. (i)	2.536	1.980
Total Ativo circulante	<u>2.536</u>	<u>80.305</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Fornecedores:		
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (iv)	167.409	7.455
Rumo S.A. (ii)	29.277	34.047
Raízen S.A. (iii)	9.445	15.151
Outros	1.061	1.026
Total Passivo circulante	<u>207.192</u>	<u>57.679</u>

- (i) Os saldos de contas a receber, no ativo circulante, referem-se, substancialmente, a reembolsos de gastos incorridos pela Companhia em conta e ordem da Rumo de R\$468 e recebíveis de performance de R\$2.068.
- (ii) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se refere à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes, saldos de “demurrage” de R\$18.211 e saldo de R\$10.824 a ser reembolsado à Rumo (vide nota explicativa nº 7).
- (iii) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, referem-se a adiantamentos de serviços de elevação a serem prestados de R\$28.279, compensados com saldos a receber de serviços de elevação no montante de R\$18.834.

- (iv) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à rateios corporativos de serviços compartilhados com a Corredor Logística e Infraestrutura S.A. no montante de R\$7.409. Além disso, em 29 de dezembro de 2025, foi celebrado contrato de mútuo com sua controladora, Corredor Logística e Infraestrutura S.A., no montante de R\$160.000, com vencimento em 02 de janeiro de 2026 e taxa de juros de CDI + 1.25%. O mútuo foi liquidado na data acordada.
- (v) O saldo de contas a receber, no ativo circulante, refere-se ao contrato de mútuo celebrado em 26 de dezembro de 2024, entre a Companhia e sua controladora, Corredor Logística e Infraestrutura S.A., no montante de R\$78.000, com vencimento e integralmente liquidado em 03 de janeiro de 2025, pelo montante de R\$78.325.

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, os quais são negociados em condições normais de mercado. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Transações com partes relacionadas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida:		
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	107.349	105.110
Rumo S.A. (iii)	467	12.735
Macquarie Energy North America Trad Inc.	849	-
Outros	-	365
	<u>108.665</u>	<u>118.210</u>
Compras de produtos/insumos e despesas de operação:		
Logisport Armazéns Gerais S.A. (ii)	(12.461)	(12.048)
Rumo S.A. (iii)	(16.899)	(28.910)
Raízen Energia S.A.(i)	(18.416)	(5.856)
Outros	-	(79)
	<u>(47.776)</u>	<u>(46.893)</u>
Despesa compartilhada:		
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (iv)	(17.248)	(24.522)
	<u>(17.248)</u>	<u>(24.522)</u>

- (i) Refere-se a prestação de serviços para a Raízen Energia e a Raízen S.A. de armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado (empresas grupo Rumo), sendo que o montante de R\$18.416 de despesa refere-se a gastos de demurrage.
- (ii) Refere-se a locação de espaço para armazenagem no exercício findo em 2025 e 2024 junto à Logisport Armazéns Gerais S.A., de acordo com o contrato celebrado entre as partes (empresas grupo Rumo).
- (iii) Refere-se a prestação de serviço no exercício em 2025 e 2024 junto à Rumo S.A. e à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato celebrado entre as partes (empresas grupo Rumo).
- (iv) Refere-se a reembolsos de serviços compartilhados no exercício findo em 2025 e 2024, junto à Corredor Logística e Infraestrutura S.A., sendo que R\$11.936 se refere à rateios corporativos de serviços compartilhados e R\$5.312 à remuneração da administração, conforme o contrato celebrado entre as partes.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

São compostos como segue:

	Controladora	
	2025	2024
PIS	1.432	1.097
COFINS	6.479	4.916
IRPJ/CSLL (1)	14.937	13.463
Previdenciário	397	397
Total	23.245	19.873

(1) Em 2018, a controlada EPSA (Incorporada em 30 de abril de 2024), entrou com ação liminar contra a decisão da Receita Federal do Brasil, que proibiu a compensação de débitos oriundos de imposto de renda e à contribuição social por estimativa. Em 2023, essa liminar foi derrubada, resultando no pagamento de R\$12.850 realizado pela EPSA em 2023, sendo que R\$10.824 poderá ser compensado ou restituído no futuro.

O montante pago foi integralmente desembolsado pela Rumo S.A. e, uma vez que a Companhia compense ou restitua, deverá devolvê-lo. Ante o exposto, a Companhia mantém as informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

8. DIREITO DE USO

	2025	2024
Concessão:		
CLI Sul S.A.	165.932	173.302
Outros	1.714	-
Total	167.646	173.302

Movimentação do direito de uso

	Vida útil em anos	2024	Adição	Remensuração	Amortização	2025
Concessão portuária - Santos	14	173.302	-	8.755	(16.125)	165.932
Outros	2	-	4.155	52	(2.493)	1.714
Total do ativo		173.302	4.155	8.807	(18.618)	167.646

	Vida útil em anos	2023	Adição por incorporação (nota explicativa nº 1)	Remensuração (nota explicativa nº 12)	Amortização	2024
Concessão portuária - Santos	14	-	93.572	90.000	(10.270)	173.302
Total do ativo		-	93.572	90.000	(10.270)	173.302

9. IMOBILIZADO

	2025	2024
Terrenos, edifícios e benfeitorias	172.392	189.285
Máquinas, equipamentos e instalações	283.744	306.116
Obras em andamento	154.680	6.813
Móveis e utensílios	1.524	1.028
Total	612.340	503.242

Movimentação do ativo imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-
Adições advindas de incorporação (nota explicativa nº 1)	200.534	614	10.802	314.505	526.455
Adições	-	618	5.305	11.395	17.318
Depreciação no exercício	(11.249)	(204)	-	(29.078)	(40.531)
Transferências	-	-	(9.294)	9.294	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	189.285	1.028	6.813	306.116	503.242
Adições (i)	-	855	142.669	20.449	163.973
Depreciação no exercício	(16.893)	(359)	-	(42.821)	(60.073)
Transferências do Intangível	=	=	5.198	=	5.198
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>172.392</u>	<u>1.524</u>	<u>154.680</u>	<u>283.744</u>	<u>612.340</u>

- (i) Foram efetuados adiantamentos a fornecedores, no montante líquido de R\$18.139, relacionados ao plano de modernização das operações do Porto de Santos, iniciado em 2025 e com conclusão prevista para 2029. Os valores registrados serão apropriados ao ativo imobilizado conforme a efetiva execução dos projetos vinculados. Além disso, foram capitalizados juros no período de R\$14.107, que estão classificados como obras em andamento, tendo sido utilizado uma taxa de 11,83% para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização, que representa a taxa efetiva dos empréstimos.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	Vida útil
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 - 15 anos
Edifícios e benfeitorias	20 - 25 anos

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

10. INTANGÍVEL

	2025	2024
Licença de operação	876.217	963.502
Outros	13.871	19.038
	<u>890.088</u>	<u>982.540</u>

Licença de operação

Refere-se ao valor pago a título de outorga no contrato de concessão da controlada EPSA, transferido para a CLI Sul após incorporação (vide nota explicativa nº 1).

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de Amortização %
Licença de operação – Santos (custo)	3,70%
Licença de operação – Santos (mais valia)	7,53%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Movimentação do ativo intangível da controladora

	Controladora		
	Licença de operação	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Adições advindas de incorporação (vide nota explicativa nº1)	1.020.144	11.490	1.031.634
Adição	-	9.548	9.548
Amortização do exercício	(56.642)	(2.000)	(58.642)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	963.502	19.038	982.540
Adição	-	2.789	2.789
Amortização do exercício	(87.285)	(2.758)	(90.043)
Transferência para Imobilizado	-	(5.198)	(5.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>876.217</u>	<u>13.871</u>	<u>890.088</u>

Em 2025 e 2024 a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

11. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

11.1. Fornecedores

	Controladora	
	2025	2024
Fornecedores nacionais	16.719	11.813
Fornecedores estrangeiros	10.813	-
Outros	1.225	551
Total fornecedores	<u>28.757</u>	<u>12.364</u>

11.2. Outras contas a pagar

	Controladora	
	2025	2024
Provisão de estadia (nota explicativa nº 2.5 (d))	4.671	4.465
Provisões diversas	4.093	5.772
Adiantamento de clientes	3.720	668
Outras contas a pagar	252	249
Total outras contas a pagar	<u>12.736</u>	<u>11.154</u>

12. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia determinou sua taxa de desconto com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia à época da transação. A taxa obtida foi de 14,20% a.a. A movimentação de saldos de passivo de arrendamento a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Adição advinda de incorporação (vide nota explicativa nº 1)	101.486
Apropriação de juros	16.252
Pagamento de principal	(6.244)
Pagamento de juros	<u>(16.419)</u>
Remensuração decorrente de aditamento do contrato (i)	90.000
Saldo em 31 de dezembro de 2024	185.075
Adição	4.155
Apropriação de juros	26.972
Pagamento de principal	(10.564)
Pagamento de juros	(26.972)
Remensuração decorrente de aditamento do contrato (i)	8.807
Outros	<u>674</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	188.147
Circulante	29.478
Não circulante	<u>158.669</u>
	<u>188.147</u>

- (i) Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, o contrato de arrendamento foi aditado em 30 de abril de 2024, resultando na alteração dos valores dos arrendamentos fixos e variáveis, mantendo-se inalterados os prazos e demais condições do contrato. Em decorrência das modificações, a Administração realizou a remensuração do direito de uso e do correspondente passivo de arrendamento no exercício de 2024. No ano corrente, dado a correção monetária anual pelo IPCA do contrato de arrendamento, foi efetuado a remensuração do mesmo.

A seguir, é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os passivos de arrendamento:

<u>Maturidade dos contratos</u>	
<u>Vencimento das prestações</u>	<u>Controladora</u>
2026	36.057
2027	34.002
2028	34.002
2029 até o término do contrato	<u>246.557</u>
Valor não descontado	350.618
Juros embutido	<u>(162.471)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>188.147</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos, não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

<u>Fluxo de caixa</u>	<u>2025</u>	
	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	350.618	188.147
PIS/COFINS potencial (9,25%)	32.432	17.404

Outras divulgações

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 6,69% a.a. (B3).

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>
<u>Passivo de arrendamento</u>	
Contábil - pronunciamento técnico CPC 06 R2 (IFRS 16)	188.147
Fluxo com projeção de inflação	<u>200.252</u>
Variação	<u>12.105</u>
<u>Direito de uso</u>	
Contábil - pronunciamento técnico CPC 06 R2 (IFRS 16)	167.646
Fluxo com projeção de inflação	<u>178.432</u>
Variação	<u>10.786</u>
<u>Despesa financeira</u>	
Contábil - pronunciamento técnico CPC 06 R2 (IFRS 16)	(26.972)
Fluxo com projeção de inflação	<u>(28.707)</u>
Variação	<u>(1.735)</u>
<u>Despesa de depreciação</u>	
Contábil - pronunciamento técnico CPC 06 R2 (IFRS 16)	(18.618)
Fluxo com projeção de inflação	<u>(19.816)</u>
Variação	<u>(1.198)</u>

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IRPJ/CSLL	486	-
ICMS	2.372	1.960
PIS e COFINS	5.029	-
ISS	3.450	2.788
Outros impostos a recolher	<u>1.768</u>	<u>1.688</u>
Obrigações tributárias	<u>13.105</u>	<u>6.436</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1. Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva é demonstrada a seguir. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado, é demonstrada conforme detalhamento:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	70.107	78.080	112.014
Alíquota nominal	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	(23.836)	(26.547)	(38.085)
Equivalência patrimonial	-	13.251	-
Outras diferenças permanentes, líquidas	(159)	(1.071)	(4.241)
PAT- Programa de alimentação do trabalhador	296	451	687
Benefício fiscal – Lei do Bem	4.368	-	-
Amortização menos (mais) valia não dedutível	(7.010)	(4.550)	(4.550)
Efeito da atualização de preço da aquisição EPSA	-	(3.011)	(3.011)
Imposto revertido sobre juros capitalizados (i)	-	-	(3.139)
Outros	(98)	(2.568)	(2.568)
Reversão de reembolsos de partes relacionadas	2.244	-	-
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>(24.195)</u>	<u>(24.045)</u>	<u>(54.907)</u>
Imposto de renda e da contribuição social no resultado:			
IRPJ/CSLL Corrente	(16.519)	(27.222)	(56.162)
IRPJ/CSLL Diferido	(7.676)	3.177	1.255
Total	<u>(24.195)</u>	<u>(24.045)</u>	<u>(54.907)</u>

- (i) Refere-se ao ajuste no imposto de renda diferido ativo sobre juros capitalizados realizado no ano corrente na extinta EPSA.

14.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora	
	2025	2024
Diferenças temporárias:		
Provisão para participação nos resultados	3.191	3.488
Provisão para estoques obsoletos e crédito de liquidação duvidosa	2.320	2.438
Provisões de “demurrage”, estadias e outras provisões	12.451	6.567
Passivo de arrendamento	11.913	9.431
Amortização mais-valia antes da incorporação	31.196	34.251
Juros Capitalizados	-	6.399
Prejuízos fiscais e base negativa	24.570	31.843
Tributos diferidos - Ativos	<u>85.641</u>	<u>94.417</u>

	Controladora	
	2025	2024
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	(1.100)
Tributos diferidos - Passivos	-	(1.100)
Imposto de renda ativo diferido, líquido	<u>85.641</u>	<u>93.317</u>

O cronograma esperado para realização do imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa é como segue:

Ano:	Controladora	
	2025	2024
2026	8.916	7.718
2027	12.144	10.200
2028	<u>3.510</u>	<u>13.925</u>
	<u>24.570</u>	<u>31.843</u>

A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos ao final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras, registrando os impostos diferidos ativos na medida em que seja provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros.

Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (inferior ao período remanescente da concessão), utilizando como premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativos e passivos, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos anos vindouros, às alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração considerou cenários de estresses com reduções relevantes em receitas e aumentos nas taxas de juros, sendo que todos demonstraram que os créditos serão recuperados dentro de um período inferior a 10 anos.

15. DEBÊNTURES

	Taxa de juros (%)	2025	2024
Debênture (a)/(b)/(c)	CDI + 3,20% (a)		
	IPCA + 6,608% (b)		
	IPC + 8,5536 (c)		
Custo de transação		1.310.016	1.015.557
Total		<u>(40.178)</u>	<u>(17.056)</u>
		<u>1.269.838</u>	<u>998.501</u>
Circulante		83.905	63.176
Não circulante		<u>1.185.933</u>	<u>935.325</u>
		<u>1.269.838</u>	<u>998.501</u>

A movimentação das debêntures, está demonstrada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	998.501	806.081
Aumento advindo de incorporação (vide nota explicativa nº 1)	-	198.485
Captação (i)	272.217	-
Juros Incorridos	193.802	128.652
Custos apropriados	4.661	1.980
Pagamento de principal	(40.000)	(8.000)
Pagamento de juros	(159.343)	(128.697)
Saldo final	<u>1.269.838</u>	<u>998.501</u>

- (i) No primeiro trimestre, a Companhia realizou captação no montante de R\$300.000, incorrendo em custos de captação no montante de R\$27.783.

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025, são como segue:

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2025</u>
Ano:	
2027	99.120
2028	111.120
2029	157.120
2030 a 2035	818.573
Saldo final	<u>1.185.933</u>

a) Emissão de debêntures

Em outubro de 2022, a CLI Sul S.A. realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A. A emissão trata-se de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem cláusula de repactuação, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.

As debêntures e sua remuneração serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização de principal e juros, sendo a primeira parcela tendo sido liquidada em outubro de 2023 e a última será liquidada em outubro de 2031.

As obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos relacionados às debentures, foram, inicialmente, garantidas pelas ações da EPSA detidas pela Companhia equivalentes a 52% do capital social, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da EPSA oriundos de contrato de prestação de serviços.

Em 30 de abril de 2024, foi concluído o processo de reorganização societária da Companhia, resultando na incorporação da EPSA pela CLI Sul, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Assim, para garantir todas as obrigações fiduciárias, a garantia fiduciária passou a recair sobre as ações de titularidade da Controladora - Corredor Logística e Infraestrutura S.A. ("CLI Norte") detidas no capital social da CLI Sul. Não houve alteração quanto a cessão fiduciária de direitos creditórios.

b) 2ª Emissão de debêntures em 2023

Em outubro de 2023, a EPSA emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, que perfizeram o montante de R\$196.000. Os créditos imobiliários provenientes das debêntures, integram o lastro dos certificados e recebíveis imobiliários (“CRI”), os quais foram ofertados por meio de distribuição pública. As debêntures serão amortizadas em três parcelas iguais e anuais a partir de 2031 e pagamento de juros semestrais. A garantia fidejussória foi outorgada pelas fiadoras CLI Norte (Controladora) e CLI Sul.

Com a incorporação, a CLI Sul passou a ser integralmente responsável por toda e qualquer obrigação, dever e direito da EPSA decorrentes da emissão. Na mesma oportunidade, excluiu-se a CLI Sul como fiadora da emissão.

c) 3ª Emissão de debêntures em 2025

Em fevereiro de 2025, a CLI Sul S.A. realizou a 3ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$300.000, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas em série única.

As debêntures emitidas preveem pagamentos fixos de remuneração em 21 parcelas semestrais e consecutivas, contadas a partir da data de emissão, com vencimento nos meses de fevereiro e agosto de cada ano. O primeiro pagamento foi realizado em agosto de 2025 e o último será em agosto de 2035.

A amortização do valor nominal unitário das debêntures será realizada em 7 parcelas anuais, sendo a primeira amortização em 15 de agosto de 2029 e finalizando-se na data de vencimento das debêntures, em 15 de agosto de 2035.

A controladora, CLI Norte, é garantidora fidejussória.

d) Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

As debêntures estão sujeitas as mesmas condições restritivas, que contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a liquidez corrente, solvência e cobertura de juros (“covenants” financeiros), conforme segue:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50, a ser apurado anualmente.
- Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) consolidado mínimo de 1,20, a ser apurado semestralmente.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (“covenants” financeiros) sejam mensurados semestralmente, foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2025.

Além dos “covenants” financeiros, os contratos de empréstimo contêm cláusulas de “covenants” não financeiros, usuais do mercado, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos “covenants” financeiros, sendo que não há nenhum descumprimento que enseje vencimento antecipado dos contratos de empréstimo da Companhia.

16. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada, resultante de eventos passados. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, seja por meio de pagamento ou outra forma de resolução da obrigação. O montante da obrigação foi estimado de forma segura, com base nas melhores informações disponíveis, considerando a natureza da despesa e as circunstâncias do evento que originou a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade das demandas judiciais leva em consideração as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência relevante, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de assessores jurídicos externos.

As provisões são revisadas e ajustadas conforme as circunstâncias evoluem, incluindo, mas não se limitando, de acordo com o prazo de prescrição, as conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificação de exposições adicionais, que podem surgir de novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em relação aos processos judiciais originados de combinações de negócios, as provisões são estimadas a valor justo da data-base da aquisição, conforme as diretrizes aplicáveis.

Em 2025 e 2024, a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a processos em curso, conforme descrito a seguir:

Provisão para demandas judiciais

	2025	2024
Tributárias	1.965	3.511
Cíveis, regulatórias e ambientais	25.324	31.581
Trabalhistas	9.036	16.041
Total	<u>36.325</u>	<u>51.133</u>

Depósitos judiciais

	2025	2024
Tributárias	295	284
Cíveis, regulatórias e ambientais	630	856
Trabalhistas	855	139
Total	<u>1.780</u>	<u>1.279</u>

Movimentação das provisões para demandas judiciais

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Aumento advindo de incorporação (vide nota explicativa nº 1)	2.500	31.935	29.072	63.507
Adição de provisão	3.509	7.710	10.014	21.233
Pagamento e reversão de provisão	(2.498)	(8.064)	(23.045)	(33.607)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.511	31.581	16.041	51.133
Adição de provisão	1.965	-	1.934	3.899
Pagamento e reversão de provisão (i)	(3.511)	(6.460)	(10.318)	(20.289)
Atualização monetária (i)	-	203	1.379	1.582
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>1.965</u>	<u>25.324</u>	<u>9.036</u>	<u>36.325</u>

- (i) O montante de R\$15.373 foi revertido em contrapartida na rubrica de ativo indenizatório, não impactando o resultado do exercício e o fluxo de caixa da Companhia, visto que os processos judiciais referem-se, ao período antes da aquisição da EPSA (novembro de 2022), que conforme previsto em cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a adquirente, CLI Sul, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA. Em 31 de dezembro de 2025, foi revertido no resultado o montante de R\$622 decorrente de processos trabalhistas com mudança de prognóstico ou encerramento.

Perdas possíveis

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Tributárias	26.606	17.842
Cíveis, regulatórias e ambientais	59.133	48.526
Trabalhistas	16.897	-
Total	<u>102.636</u>	<u>66.368</u>

Os principais processos classificados como possíveis estão destacados abaixo:

Tributárias: Disputas judiciais envolvendo, principalmente, a cobrança de ISS lavradas pela prefeitura municipal onde a Companhia possui operação.

Cíveis, regulatórias e ambientais: O montante de R\$59.133 refere-se a autuações aplicadas por órgãos ambientais federais com alegações de possíveis descumprimentos de normas e regulamentos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 30 de abril de 2024, em decorrência da incorporação da EPSA pela CLI Sul, conforme mencionado na nota explicativa nº1, dado que 20% da participação na EPSA era detida pela Rumo S.A., foi determinado a relação de trocas de ações, onde a Rumo S.A. passou a deter 20% das ações da Companhia. Para tanto, foram emitidas e integralizadas por meio de aversão do acervo líquido da incorporada, 108.750.125 novas ações da Companhia, resultando em um aumento de capital de R\$55.227.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$490.228, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 543.750.625 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 435.000.500 ações ordinárias de titularidade da Corredor Logística e Infraestrutura S.A., representando 80% de ações de emissão da companhia; e 108.750.125 ações ordinárias de titularidade da Rumo, representando 20% das ações de emissão da Companhia.

Em 28 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), e após recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada na mesma data, foi confirmada a eficácia da redução de capital da Companhia, conforme deliberação em AGE de 25 de outubro de 2024, posteriormente rerratificada na AGE de 27 de dezembro de 2024.

O valor da redução de capital foi de R\$130.000, cujo desembolso ocorreu em 30 de janeiro de 2025, sendo: (i) R\$104.000 destinados ao acionista controlador, CLI Norte; (ii) R\$26.000 destinados aos acionistas minoritários. Após a operação, mantiveram-se as proporções de participação acionária existentes anteriormente à redução de capital.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$360.228, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 543.750.625 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas nas mesmas proporções anteriores à redução de capital.

17.2. Reserva de Capital e lucros

17.2.1. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente, por meio de destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

No exercício findo em 2025, foi constituído a reserva no montante de R\$2.296 (R\$2.702 em 2024).

17.2.2. Reserva de retenção lucros

Os lucros remanescentes após as destinações estatutárias (dividendos e reserva legal) são apresentados nesta reserva, tais valores terão sua destinação deliberada em Assembleia Geral, sendo recomendado pelo Conselho de Administração da Companhia a alocação no montante de R\$32.712 (R\$14.333 no exercício findo em 2024).

17.2.3. Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios são determinados pela Assembleia Geral com base na proposta da Administração, assegurando a distribuição mínima não inferior, a cada exercício, a 25% do lucro líquido ajustado, na forma prevista pela Lei das S.A. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

O Conselho de Administração, em 25 de novembro de 2024, aprovou a distribuição de dividendos intercalares de R\$37.000 aos seus acionistas, superior ao mínimo obrigatório. Desta quantia, foi pago montante de R\$7.400 aos não controladores. Os montantes foram liquidados em 26 de novembro de 2024, sendo que lucro líquido ajustado do exercício de 2024, após a constituição da reserva legal, foi de R\$51.333, sendo dividendos mínimos obrigatórios de R\$12.833.

Referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração recomendou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de R\$10.904 aos seus acionistas. O montante será pago em 2026, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada dentro do prazo legal.

17.2.5. Transações entre acionistas

Conforme interpretação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 09 (R2) (ICPC), negociações subsequentes entre acionistas, em perda de controle pela controladora, devem ser registradas como transações entre acionistas no patrimônio líquido da Companhia.

Decorrente da troca de ações mencionada no item 17.1 e da versão do acervo líquido da EPSA como parte da incorporação, em 2024, a Companhia registrou o montante de R\$234.957 como transações entre acionistas.

18. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no durante o período.

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	45.912	54.035
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo de resultado básico por ação (milhares)	<u>543.751</u>	<u>507.798</u>
Resultado básico por ação - R\$ mil	<u><u>0,08</u></u>	<u><u>0,11</u></u>

Não há ações ou instrumentos patrimoniais que gerem potenciais efeito de diluição no lucro para os exercícios findos em 2025 e 2024.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No curso de seus negócios, a Companhia gerencia ativamente os riscos de crédito, liquidez e de mercado, portanto, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Classificação por categoria	Nível	Controladora	
			2025	
			Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	599.384	599.384
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	5.487	5.487
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.536	2.536
Outros créditos	Custo amortizado	-	4.113	4.113
Total			<u>611.520</u>	<u>611.520</u>
Passivos financeiros				
Debêntures	Custo amortizado	-	1.269.838	1.295.228
Fornecedores	Custo amortizado	-	28.757	28.757
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	188.147	188.147
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	207.192	207.192
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	12.736	12.736
Total			<u>1.707.670</u>	<u>1.732.060</u>

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), descontado a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento do título, o qual é obtido a partir da curva de juros de mercado em reais. Para as aplicações financeiras (equivalente de caixa), os quais os juros são pós-fixados, o valor justo aproxima-se do custo amortizado. A Companhia não possui títulos com juros pré-fixados.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são classificados da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de mercado (que abrange risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Abaixo, apresenta-se a natureza e a extensão de cada um dos riscos mencionados, detalhando os procedimentos adotados pela Companhia para mitigá-los e gerenciá-los adequadamente.

19.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia a leva em consideração o nível de risco de crédito que está disposta a assumir no curso de seus negócios. Para mitigar riscos, a Companhia adota procedimentos voltados para a diversificação da sua carteira de recebíveis, a seletividade na escolha de seus clientes, bem como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e a definição de limites individuais de posição.

Esses procedimentos têm como objetivo minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu saldo a receber de clientes, promovendo maior segurança e controle sobre a exposição a riscos de crédito.

19.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, a Companhia estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, que são monitoradas constantemente pela área de tesouraria.

19.3. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros, que podem resultar em aumento das despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como ao passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a realização da análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas futuras divulgadas pelo mercado para os próximos 12 meses do CDI e IPCA. Adicionalmente, foram estimados cenários alternativos, com valorização adicional de 25% e 50% nas taxas do cenário provável, respectivamente para os cenários II e III, para os próximos 12 meses.

Consolidado	Risco	Taxa provável	Exposição	2025		
				Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Aplicações financeiras			556.232	76.871	96.089	115.307
Ativos financeiros	CDI	14,00%	556.232	76.871	96.089	115.307
Passivo de arrendamentos	IPCA	5,00%	188.147	7.639	9.548	11.458
Debêntures	IPCA	5,00%	505.470	20.522	25.653	30.783
Debêntures	CDI	14,00%	764.368	105.636	132.045	158.453
Passivos financeiros			1.457.985	133.797	167.246	200.694
Exposição líquida/ impacto no resultado			<u>(901.753)</u>	<u>(56.926)</u>	<u>(71.157)</u>	<u>(85.387)</u>

b) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

Controladora	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado		Valor contábil em 2025
				(valores nominais)	Juros a incorrer	
Fornecedores	28.757	-	-	28.757	-	28.757
Debêntures	320.107	335.474	2.093.968	2.749.549	(1.479.711)	1.269.838
Passivo de arrendamento	36.057	34.002	280.559	350.618	(162.471)	188.147
Partes relacionadas	207.192	-	-	207.192	-	207.192
Outras contas a pagar	12.736	-	-	12.736	-	12.736
Passivos financeiros	<u>604.849</u>	<u>369.476</u>	<u>2.374.527</u>	<u>3.348.852</u>	<u>(1.642.182)</u>	<u>1.707.670</u>

c) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos aos efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora 2025
<u>Ativo</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	33.764
Clientes estrangeiros	3.676
Total	<u>37.440</u>

A seguir, são demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com os seguintes cenários:

Taxa R\$/US\$	Controladora			
	5,5021	5,6100	6,8776	8,2532
	Exposição US\$ mil	Cenário provável	Cenário I apreciação 25%	Cenário II apreciação 50%
Ativos em dólar				
Caixa e equivalentes de caixa	6.137	665	8.444	16.886
Clientes estrangeiros	668	71	918	1.837
	<u>6.805</u>	<u>736</u>	<u>9.362</u>	<u>18.723</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 31 de dezembro de 2025 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$5,6100/US\$1,00. Os cenários I e II consideram um aumento do dólar norte-americano de 25% (R\$6,8776/US\$1,00) e de 50% (R\$8,2532/US\$1,00), respectivamente.

A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (pronunciamento técnico CPC 40).

20. RECEITA OPERACIONAL

A Companhia reconhece receita, conforme segue:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2024
Mercado interno	363.791	224.973	336.221
Mercado externo	426.400	360.747	477.211
Total de receita bruta	790.191	585.720	813.432
Impostos sobre vendas	(67.076)	(46.877)	(67.834)
Total de receita líquida	723.115	538.843	745.598

21. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2024
Material de uso e consumo	(26.727)	(18.910)	(28.325)
Pessoal e benefícios	(125.697)	(88.195)	(128.005)
Serviços de terceiros	(51.705)	(35.026)	(46.917)
Elevação portuária	(88.992)	(75.734)	(94.592)
Gastos com rateios corporativos	(1.154)	(408)	(1.358)
Gastos com manutenção periódica	(23.811)	(11.351)	(28.926)
Reversão (Provisão)			
para crédito de liquidação duvidosa e estoques	347	(78)	(78)
Provisão para contingências	(622)	-	-
Depreciação e amortização	(169.408)	(136.130)	(162.995)
Efeitos de atualização de saldo a pagar em combinação de negócios	-	(8.855)	(8.855)
Outras despesas	(3.684)	(3.232)	(3.391)
	(491.453)	(377.919)	(503.442)
Custos dos serviços prestados	(286.928)	(209.474)	(299.863)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(102.324)	(66.093)	(94.554)
Outras despesas, líquidas	(102.201)	(102.352)	(109.025)
Total	(491.453)	(377.919)	(503.442)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2024
Receita sobre aplicação financeira	52.773	19.353	23.493
Outras receitas financeiras	1.644	889	1.615
Total das receitas financeiras	54.417	20.242	25.108
Juros sobre debêntures obtidas	(184.356)	(130.632)	(139.280)
Juros apropriados com arrendamento	(26.972)	(16.252)	(21.117)
Juros sobre tributos	(16)	(318)	(502)
Outras despesas financeiras	(2.353)	(697)	(795)
Total das despesas financeiras	(213.697)	(147.899)	(161.694)
Variação cambial, líquida	(2.275)	5.839	6.444
Total Resultado Financeiro	(161.555)	(121.818)	(130.142)

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa. As transações que não afetam caixa, decorrentes da incorporação, os quais são os saldos advindos da incorporação, estão demonstrados na nota explicativa nº 1.

	Controladora	
	2025	2024
Transferências de imobilizado para intangível	5.198	-
Adição de direito de uso e passivo de arrendamento	4.155	-
Adições ao ativo imobilizado não pagos	2.415	
Remensuração do direito de uso e passivo de arrendamento	8.807	90.000
Dividendos declarados e não pagos	10.904	-

24. EVENTO SUBSEQUENTE

Liquidação empréstimo entre partes relacionadas

Em 02 de janeiro de 2026, a Companhia liquidou o contrato de empréstimo no montante de R\$160.546 (vide nota explicativa nº 6), sendo R\$160.000 a título de principal e R\$546 juros e IOF correspondentes.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2026 e autorizadas para publicação em 27 de fevereiro de 2026.